

2 ianomami morrem em choque com garimpeiros

ELVIS CESAR BONASSA

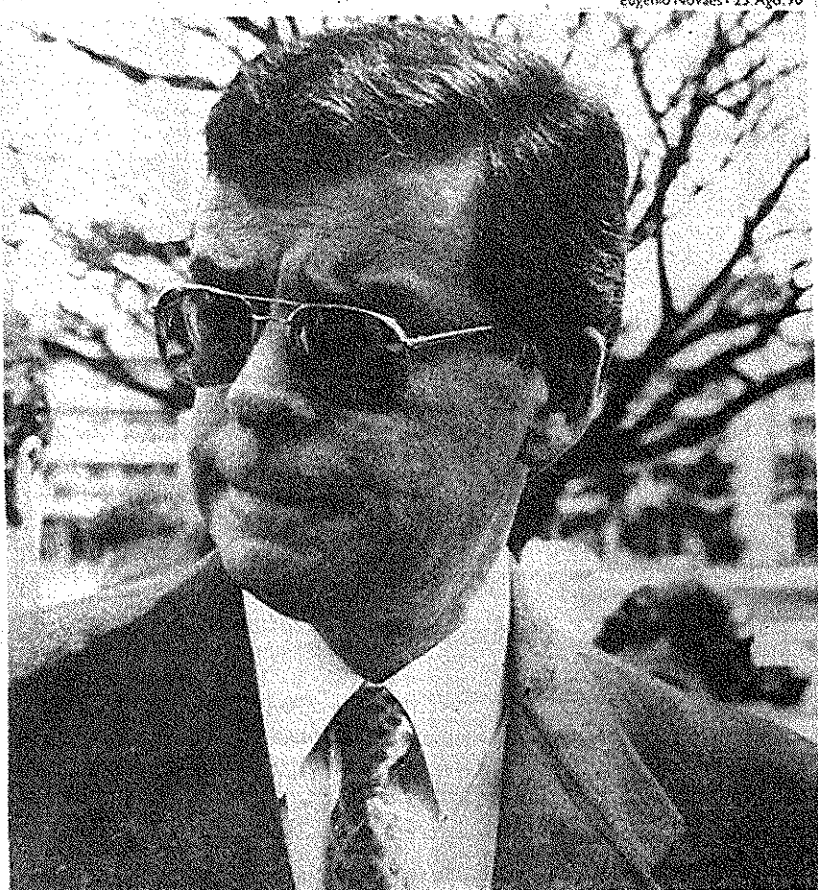
Coordenador de Cidades da Sucursal de Brasília*

Garimpeiros armados atacaram as aldeias ianomami de Olomai e Romuche, em Roraima, na última quinta-feira. Na aldeia Olomai, próxima ao rio Auaris, mataram o tuxaua (cacique) de 70 anos, Lourenço, e seu filho Konaaka, 25. Deixaram Waxi Sanumá, 45, ferido em estado grave, com 12 tiros. Na ação, morreram três garimpeiros. Em Romuche, próximo à pista de pouso Jeremias, os garimpeiros feriram a bala o menino Piauí, de 12 anos.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, pediu abertura de inquérito par apurar as mortes. No pedido, encaminhado ao diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, o procurador solicita a aplicação da lei 2.889, a "lei do genocídio". Essa lei define penas de 12 a 30 anos de prisão para os assassinos e responsáveis pela situação que permite o genocídio dos índios.

De acordo com nota distribuída pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os garimpeiros invadiram Olomai alegando que os índios roubaram comida de seus alojamentos. Não se tem notícia da razão do ataque a Romuche.

As aldeias atacadas pelos garimpeiros ficam na área de 8,5 milhões de hectares interditada pela Justiça. Em liminar concedida em 20 de outubro do ano passado, o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal declarou os 8,5 milhões de hectares como território tradicional ianomami e determinou a retirada de todos os invasores — a maioria garimpeiros. Às vésperas de completar um ano, a liminar não foi cumprida.



O procurador-geral da República Aristides Junqueira Alvarenga

Permanecem na área cerca de 2 mil garimpeiros, de acordo com avaliação da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pelo cumprimento da liminar.

No próximo dia 20, com apoio da PF e das Forças Armadas, a Funai pretende retirar todos os garimpeiros remanescentes e destruir pistas de pouso usadas pelo garimpo. Em relação aos índios mortos, a Funai irá apenas acompanhar as investigações da PF. "A PF é que vai apurar. A Funai vai acompanhar as investigações através do nosso administrador

em Boa Vista", disse o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães.

Além de pedir a abertura de inquérito, o procurador expediu um aviso ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas, solicitando empenho para o cumprimento da ordem judicial de retirada dos garimpeiros. A FAB vai fornecer transporte para a PF e Funai e o Exército ajudará a destruir as pistas, durante a operação que começa dia 20.

*Colaborou RAQUEL ULHÔA, da Sucursal de Brasília

Índios vão receber verba para saúde

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Saúde vai liberar Cr\$ 13 milhões para a operação de combate à oncocercose —doença transmitida pelo inseto "pium" e que pode causar cegueira— nas terras dos índios ianomami, em Roraima. Segundo Marcos Guimarães, 46, coordenador de Saúde da Fundação Nacional do Índio (Funai), cerca de 75% dos oito mil ianomamis que vivem em Roraima estão contaminados. A liberação da verba foi anunciada pelo ministro da Saúde, Alcení Guerra, 44, ao presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, 63.

O ministro e o presidente da Funai discutiram o plano de saúde emergencial para os ianomami, já implantado pela Funai, e

um plano permanente de atendimento à saúde de todas as comunidades indígenas que vivem nos estados da Amazônia Legal. Esse plano permanente está sendo analisado pelo presidente da Fundação Nacional de Saúde, Waldir Arcoverde, e prevê a aplicação de US\$ 30 milhões em cinco anos.

Cantídio disse a Alcení Guerra que o governo precisa completar a retirada dos garimpeiros da área dos ianomami, em Roraima, para que o plano de saúde emergencial atinja seus objetivos. Ainda há cerca de mil garimpeiros na área e sua retirada está a cargo da Funai, Polícia Federal e Exército. "Somente com a área totalmente limpa será possível cuidar da recuperação física do índio ianomami", disse Cantídio.

O contato com os garimpeiros

está tornando a saúde dos ianomami cada vez mais precária. Além da oncorcose, eles sofrem de malária, desnutrição grave e infecções respiratórias. Desde o final do ano passado, a Funai mantém no local várias equipes de saúde, com cerca de quatro médicos, quatro enfermeiras e 10 auxiliares de enfermagem que se revezam. Esse plano não vai ser alterado, segundo Cantídio. Cr\$ 150 milhões foram liberados pelo governo para dar continuidade a essas ações, através da medida provisória nº 208.

O plano permanente de saúde para a Amazônia Legal deverá ser implantado a partir do próximo ano, segundo Marcos Guimarães. Ele prevê a duplicação do número de postos de atendimento da Funai na região (hoje são 13).